



PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PACD 2023

A Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina - EJESC, tem as seguintes finalidades definidas por meio das Resoluções TRESA n. 7.927/2015 (Reestruturação da EJESC) e n. 7.928/2015 (Regimento Interno):

- a formação, a atualização e a especialização continuada ou eventual em áreas de interesse da Justiça Eleitoral, de seus magistrados e servidores, admitida a participação de outros interessados;
- o aperfeiçoamento de magistrados e servidores da Justiça Eleitoral, com foco na melhoria da prestação jurisdicional e dos serviços eleitorais;
- o desenvolvimento de ações de estímulo ao estudo, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral;
- o desenvolvimento de ações institucionais de responsabilidade social voltadas ao fortalecimento da cidadania.

Assim, as ações de capacitação de servidores e servidoras, magistrados e magistradas, estagiários e estagiárias e demais colaboradores e colaboradoras são responsabilidade da EJESC cabendo-lhe a elaboração e a execução do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD) parte integrante do seu Plano Anual de Trabalho (PAT).

Para cumprimento do disposto do art. 9º da Resolução TRESA n. 7.928/2015, compete ao Conselho Deliberativo e Técnico-Científico desta Escola, aprovar o Plano Anual de Trabalho – PAT e o Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento.

Objetivo geral

Propor ações de capacitação e aprimoramento voltadas à atualização contínua dos servidores e servidoras, magistrados e magistradas, estagiários e estagiárias, desenvolvendo habilidades e competências para o cumprimento das funções institucionais da Justiça Eleitoral catarinense e para a melhoria na qualidade do serviço público prestado à sociedade, visando o alcance de seus objetivos institucionais.



Objetivos específicos

- Coordenar e possibilitar o acesso de todos os servidores às ações de capacitação e desenvolvimento.
- Dar transparência, clareza e publicidade às ações e modalidades de capacitação propostas, de acordo com seus respectivos eixos temáticos.
- Utilizar com economicidade os recursos orçamentários disponíveis, a fim de garantir a melhor relação custo-benefício para a Administração.

A estratégia de Planejamento da EJESC

A EJESC apresenta seu Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento- PACD para o exercício de 2023, documento que integra sua estratégia de planejamento, implementação e acompanhamento de ações educacionais nas áreas de cidadania e desenvolvimento de competências, cujo objetivo é impactar positivamente os resultados do TRE-SC, visando o alcance dos objetivos da sua missão, visão e valores.

A Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina planeja suas atividades em quatro níveis:

- **Projeto Pedagógico**, documento de natureza principiológica que apresenta as diretrizes pedagógicas que orientarão todas as ações formativas, a ser revisto a cada cinco anos;
- **Plano Plurianual**, com abrangência de três anos, que desdobra o Planejamento Estratégico do TRE-SC para a Escola, visando assegurar a organicidade e a continuidade das ações;
- **Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento - PACD**, que contempla as ações prioritárias para cada exercício financeiro, desdobrando o Plano Plurianual;
- **Planos de Curso** ou de **Ações Educacionais**, que detalham as ações prioritárias constantes do PACD.

O Plano Plurianual, ao desdobrar o Planejamento Estratégico do Tribunal, toma como fundamento o Projeto Pedagógico da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, que contém as concepções e princípios que definem sua identidade



e orientam a totalidade das suas ações educacionais. Ele apresenta os objetivos e as iniciativas da Escola para o período de três anos, demarcando o seu caráter estratégico na medida em que indica as ações educativas que serão implementadas para desenvolver as competências necessárias ao processo eleitoral, na perspectiva da cidadania, da capacitação, da produção e da divulgação do conhecimento sobre Direito Eleitoral e áreas afins.

Desta forma, o Plano Plurianual constitui-se em instrumento que, por meio do desenvolvimento de competências, contribui para que o Tribunal atinja os seus resultados, visando a realização das eleições e a formação para o exercício da cidadania, com qualidade, efetividade, segurança e transparência.

A partir do Plano Plurianual, são elaborados os Planos Anuais de Capacitação e Desenvolvimento - PACD, que por sua vez se constituem em desdobramento dos objetivos estratégicos no nível tático, para cada um dos anos que integram o período definido no Plano Estratégico do Poder Judiciário (Res. 325/2020/CNJ).

A elaboração do PACD contemplará dois processos, os quais, embora tenham especificidades, se articulam: o atendimento a demandas espontâneas e o desenvolvimento de propostas pedagógicas para induzir a formação a partir do Planejamento Estratégico do Tribunal, das normas do CNJ, do TSE e das diretrizes pedagógicas da ENFAM.

As demandas espontâneas são definidas a partir da manifestação de necessidades pelas Unidades que compõem o Tribunal na primeira e segunda instâncias, pelas magistradas e magistrados, pelas servidoras e servidores e demais agentes da área eleitoral, referentes tanto às necessidades derivadas da formação para a cidadania quanto do exercício profissional, a partir do surgimento de novas questões a serem enfrentadas na área eleitoral, ainda não contempladas no PACD, nas dimensões de cidadania, de competências técnicas e comportamentais, ou outras que possam surgir.

A demanda induzida diz respeito às necessidades de capacitação definidas a partir das necessidades do Tribunal, com foco em seus resultados.

As demandas induzidas orientam as decisões da Escola, relativas ao desenvolvimento de competências que articulem as necessidades e perspectivas das cidadãs e dos cidadãos, candidatas e candidatos, magistradas e magistrados, servidoras e servidores e outros agentes que atuam no processo eleitoral, aos objetivos e ações estratégicas do Tribunal e à política nacional e regional de formação na área específica.



Quando organizadas sob a forma de itinerários formativos, abrangem o conjunto de etapas que compõem a organização do percurso de desenvolvimento de competências em uma determinada área, de modo a promover a formação contínua e articulada ao longo da vida laboral, contemplando os níveis básico, intermediário e avançado.

A construção da proposta de formação visando atender às demandas espontâneas e induzidas se dá mediante a elaboração de planos de curso, compostos por três fases: a identificação de necessidades, o desenvolvimento de soluções educacionais e a avaliação.

A partir da concepção enunciada, considerando o disposto nas Resoluções do CNJ, TSE e da ENFAM, bem como os processos pedagógicos que vêm sendo desenvolvidos pela EJESC ao longo de sua trajetória; e, por fim, considerando as necessidades evidenciadas por meio de avaliações, consultas e grupos focais, a elaboração do PACD dar-se-á a partir de eixos temáticos que servirão de base, tanto para as propostas de formação inicial, quanto continuada, observando-se os seus objetivos e as suas especificidade.

Os eixos temáticos viabilizam o tratamento interdisciplinar dos conteúdos, superando a sua fragmentação, e contemplam, também, a relação entre parte e totalidade e teoria e prática. Eles foram construídos de forma participativa, junto aos gestores das unidades do Tribunal.

A metodologia de identificação de necessidades de capacitação

O processo de identificação de necessidades que levaram à construção do PAC 2023 integrou as seguintes dimensões:

- conhecimentos disponíveis sobre os processos de trabalho a serem ensinados, no plano da Justiça Eleitoral;
- prospecção das necessidades de formação, inicial e avançada em todos os níveis, a partir de estudos das perspectivas futuras;
- necessidades de desenvolvimento de competências pelas magistradas e magistrados, servidoras e servidores, estagiários e estagiárias definidas a partir da aplicação da metodologia de identificação de necessidades de capacitação;



- necessidades de formação inicial e continuada nas atividades críticas, identificadas a partir do Planejamento Estratégico, mediante a sistematização e oferta permanente de soluções educacionais organizadas em itinerários formativos;
- identificação de conhecimentos prévios das e dos participantes em formação, sobre os quais serão ancorados os novos conhecimentos, a partir da análise do seu perfil, considerando as trajetórias de formação profissional e de trabalho;
- realização de pesquisas e parcerias interinstitucionais com vistas ao aprimoramento da atividade jurisdicional e da ação educativa da Escola.

O processo de identificação de necessidades de capacitação obedeceu à metodologia do ciclo de planejamento aplicado às escolas judiciais, sistematizada pela professora Acácia Kuenzer, cujo foco são os problemas vivenciados pelas unidades jurídicas e administrativas que vêm impactando os seus resultados, e consequentemente, os resultados do Tribunal, no que concerne à realização de sua missão institucional. A principal inovação dessa metodologia consiste no ponto de partida para a identificação das necessidades: não mais os clássicos levantamentos das capacitações demandadas pelas magistradas, magistrados, servidoras e servidores, definidas individualmente, mas a análise dos problemas que impactam negativamente os processos de trabalhos das unidades. A nova metodologia, portanto, demanda uma análise cuidadosa do desempenho da unidade, realizada coletivamente, na perspectiva das competências de equipe.

A partir do pressuposto que o processo de trabalho nas unidades jurídicas e jurisdicionais constitui-se em parte da totalidade complexa que é o Tribunal, em suas múltiplas formas de relação com o Sistema de Justiça e com a sociedade, as necessidades a serem identificadas, e em consequência, o trabalho pedagógico subsequente, integram competências das áreas jurídica e administrativa, o que pressupõe um fluxo integrado, respeitadas as especificidades das áreas.

Inicialmente, foram realizadas reuniões com os gestores das unidades que compõem o Tribunal, lideradas pela Escola, com o objetivo de explicar a metodologia de identificação de necessidades a partir dos problemas identificados que podem ser enfrentados com soluções educacionais. A reunião inicial envolveu as seguintes unidades: Direção Geral, Corregedoria Regional Eleitoral, Secretaria de Controle Interno e Auditoria, Secretaria Judiciária, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Administração e Orçamento, Assessoria Especial e Planejamento Estratégico e Assessoria de Comunicação Social.



Nessa reunião foram explicitados os critérios de criticidade que orientaram a definição e priorização dos problemas a serem enfrentados com soluções educacionais que visem o desenvolvimento de competências críticas que:

- são essenciais, porém muito complexas e há dificuldades para a execução;
- envolvem questão estratégica ou têm relação direta com a atividade-fim do Tribunal;
- executadas inadequadamente, têm afetado diretamente e negativamente o resultado;
- envolvem atividades executadas por um/poucos servidor(es)/servidora(as) e somente eles(as) detém(êm) o conhecimento;
- requerem atualização imediata, visando à implementação de melhorias;
- referem-se a processos que ainda não existem, mas são objeto de demandas/desafios para o futuro.

Após as reuniões, os gestores, reunidos com suas equipes, identificaram, em ordem de prioridade, os problemas que podem ser enfrentados por ações educacionais, com base nos critérios de criticidade. As respostas encaminhadas foram sistematizadas pela Escola, em planilha anteriormente planejada, organizadas por prioridade e número de indicações.

O planejamento das soluções educacionais

A partir do PACD, a Escola construirá os planos para a implementação das soluções educacionais, visando atender às necessidades identificadas. Esses planos compreenderão (a) o conjunto articulado que integra a definição do problema da realidade a ser enfrentado, explicitado na justificativa, a partir das necessidades de capacitação identificadas; (b) as competências necessárias para enfrentar os problemas identificados, (c) a metodologia para desenvolvê-las e (d) as formas de avaliação para verificar se as competências foram desenvolvidas, considerando o nível de avanço a ser atingido.

A EJESC, no exercício de suas atribuições, planeja e implementa soluções educacionais de distintas naturezas, mas com um objetivo comum: capacitar magistradas, magistrados, servidoras e servidores, estagiárias e estagiários visando a



realização da missão e da visão institucionais, em observância aos seus valores.

Dentre elas, destacam-se os eventos, seminários presenciais ou virtuais, os cursos de capacitação, visando o desenvolvimento de competências específicas, cognitivas complexas e comportamentais; os grupos de trabalho, com foco na produção de conhecimentos e a produção de artigos e materiais didáticos. As soluções educacionais podem ser realizadas de forma presencial, a distância ou híbridas e combinar atividades síncronas e assíncronas, com o uso da plataforma Moodle ou outra.

A construção dos planos das diferentes modalidades de soluções educacionais será sempre fruto do trabalho coletivo, a integrar a equipe pedagógica da Escola, as/os docentes ou comissões responsáveis por temas específicos, e especialistas no processo de trabalho objeto da solução educacional.

Visando subsidiar a construção dos planos, sempre que necessário, serão realizados grupos focais preliminares, envolvendo especialistas no processo de trabalho que originou o problema da realidade a ser tratado, magistradas e magistrados, servidoras e servidores que os vivenciam na prática, e equipe pedagógica, visando a adequada delimitação da necessidade de capacitação a ser atendida.

Considerando que a aprendizagem só ocorre quando o aprendiz se relaciona com o conhecimento novo a partir de seus conhecimentos prévios, elaborando novas sínteses de qualidade superior, a aplicação de metodologias ativas em complementação às exposições dialogadas, será parte integrante e indispensável dos planos das soluções educacionais.

As novas tecnologias ampliaram em muito as possibilidades de utilização de metodologias ativas, com aplicativos disponíveis para a construção de mapas conceituais, *brainstorming* com nuvem de palavras, games das mais variadas naturezas e complexidades, leitura compartilhada, produção compartilhada de textos, sala de aula invertida, *design thinking*, aprendizagem por problemas, *quizzes* digitais, etc.

As tradicionais aulas gravadas podem ser substituídas por aulas remotas síncronas, nos quais a possibilidade de reunir as/os alunos em múltiplas salas após exposições dialogadas, possibilitam a realização de trabalhos em grupo com diferentes metodologias.

Dentre as vantagens da aplicação de metodologias ativas, destacam-se a motivação e o envolvimento, as aprendizagens compartilhadas, o desenvolvimento da autonomia intelectual na produção de soluções inovadoras, a capacidade de decidir e



resolver problemas, lidar com as controvérsias respeitando diferentes posicionamentos, comunicar-se de forma assertiva e não violenta, a capacidade de ouvir e produzir consensos, entre outras. Em resumo, ao tirar a/o estudante da posição de passividade e levá-lo a relacionar-se com o conhecimento de forma ativa, criativa e compartilhada, viabiliza-se a aprendizagem e facilita-se a retenção do conhecimento.

Contudo, é importante observar que levar as/os estudante ao protagonismo da sua aprendizagem não pode ser confundido com assistir filmes sem discussão posterior, disponibilizar fóruns sem que o docente faça a síntese final, apontando as controvérsias, esclarecendo pontos que não foram adequadamente trabalhados, que precisam ser melhorados e indicando novas bibliografias. Ao contrário, implica em criar situações significativas a partir de problemas reais da prática de trabalho, para que a/o estudante trabalhe intelectualmente, compartilhe e construa suas próprias sínteses.

Uma vez planejadas as soluções educacionais, elas serão implementadas, acompanhadas e avaliadas, tendo em vista a orientação do processo decisório, relativo às adequações e melhorias que se façam necessárias. Para tanto, serão desencadeados os processos de avaliação diagnóstica, avaliação formativa e, a partir desse exercício, avaliação de resultado.

Ações educacionais propostas para 2023

Considerando os critérios de criticidade que orientaram a delimitação dos problemas das unidades do TRESC visando identificar as necessidades de capacitação, a priorização das soluções educacionais que integram o PACD-2023 foi feita com base nos seguintes critérios:

1. soluções apresentadas como prioridade 1 pelas unidades, em face de seu impacto nos resultados do Tribunal (dimensão estratégica);
2. impacto da capacitação na atividade fim da unidade (dimensão tática)
3. número de servidores atendidos pela capacitação (dimensão operacional).

Proposta de capacitação para 2023

A proposta de capacitações para 2023 está apresentada no Anexo I desse documento.



Orçamento

Do orçamento previsto na Proposta Orçamentária para 2023, serão reservados aproximadamente 15% para novas demandas derivadas de atualizações normativas e questões estratégicas, ou ainda para atender demandas espontâneas em virtude de pedidos da Administração.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2022.



ANEXO I

PERSPECTIVA SOCIEDADE

Objetivo Estratégico	Eixo	Subeixo	Solicitante	Problema da unidade que impacta os resultados	Capacitação sugerida	Tipo	Modalidade	Período sugerido	Valor estimado R\$	Número de servidoras/es a serem capacitados
Garantia dos direitos políticos e fundamentais	Cidadania	Democracia, política e cidadania	EJESC	Ausência de conhecimento sobre como desenvolver ação de cidadania em seu aspecto estrutural e metodológico e da importância do tema. Necessidade de definir discurso institucional na matéria	Formação de Formadoras e Formadores em Cidadania. Palestra inaugural + Aulas: ações de cidadania, discurso institucional, desinformação, acessibilidade, metodologias, plano de ação	In Company + Instrutoria interna ou EAD + Instrutoria Voluntária	Online	Março-junho	22.000	30
Promoção da ética, da integridade e enfrentamento aos ilícitos eleitorais	Cidadania	Mesárias e mesários voluntários	EJESC	Ausência de informação pela cidadã e pelo cidadão comum sobre o que é ser mesária e mesário.	Facilitação propondo reflexões sobre o voluntariado, a percepção dos diversos públicos sobre a Justiça Eleitoral e as experiências vividas pelas e pelos mesários	Instrutoria interna ou EAD Ação AAI	Online	Maio - agosto	0	18
Fortalecimento da segurança, transparência e credibilidade do processo eleitoral	Cidadania	Democracia, diversidade, representatividade e atenção a grupos socialmente vulnerabilizados	EJESC	Necessidade de ampliar as ações de cidadania para grupos sociais vulnerabilizados.	Formação de Formadoras e Formadores em Cidadania Palestra de sensibilização	In Company	Online	Março-junho	5.000	30
		Enfrentamento à desinformação eleitoral	GAT, EJESC	Conhecimento deficitário sobre elementos básicos para a identificação e enfrentamento à desinformação dentro e fora das redes sociais.	Curso básico sobre desinformação	Instrutoria interna ou EAD	Online	Março-outubro	9.000	Todas as servidoras e todos os servidores



Objetivo Estratégico	Eixo	Subeixo	Solicitante	Problema da unidade que impacta os resultados	Capacitação sugerida	Tipo	Modalidade	Período sugerido	Valor estimado R\$	Número de servidoras/es a serem capacitados
Fortalecimento da relação institucional com a sociedade	Comunicação Institucional	Comunicação Digital	ASCOM	Necessidade de permanente atualização em mídias digitais, tendo em vista a dinamicidade da área	Redes WeGov	Matrícula externa	Presencial	Maio	6.000	3
		Gestão da Comunicação	ASCOM	Necessidade de permanente atualização em processos diversos na área da Comunicação Social	Conbrascom 2023	Matrícula externa	Presencial	Junho	15.000	2
		Ouvidoria e SIC	SJ	Equipe não recebeu treinamento. Necessidade de implementação de novas rotinas para gestão das solicitações das cidadãs e dos dos cidadãos.	Capacitação em Ouvidoria, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e Transparência .	Instrutoria interna ou EAD	Online ENAP Certificação em Ouvidoria	Abril, Maio e Junho	0	5

Valor estimado Perspectiva Sociedade: R\$ R\$ 57.000,00



PERSPECTIVA APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

Objetivo Estratégico	Eixo	Subeixo	Solicitante	Problema da unidade que impacta os resultados	Capacitação sugerida	Tipo	Modalidade	Período sugerido	Estimativa Valor	Número de servidoras/es a serem capacitados
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	Competências Gerenciais	CRE	Falhas na gestão de prazos para tramitação de processos judiciais e administrativos	Gestão de tempo e da força de trabalho	Instrutoria interna ou EAD	Online	abril-maio	6.000	Servidores dos cartórios eleitorais
		Competências Gerenciais	CRE	Rotatividade no exercício da função eleitoral por magistradas e magistrados. Pouca familiaridade com a matéria eleitoral.	A cargo da SCRE/SJESC	Instrutoria interna ou EAD	Online	curso permanente	10.000	Juizas e juizes que assumem função eleitoral
		Competências Gerenciais	SGP	Em pesquisa realizada com gestoras e gestores do TRE, este foi o principal problema constatado a ser trabalhado em cursos de gestão.	Comunicação com os Liderados Competências Gerenciais	Instrutoria interna ou EAD	Online	março/abril 2023	15.000	Gestoras e gestores do TRE-SC
		Legislação de pagamento e de pessoal	ASSDG-RH	Atualizar os conhecimentos necessários para o trato da matéria	Curso de Ferramentas de Gestão do regime remoto	In Company	Online		15.000	Servidoras e servidores, principalmente gestoras e gestores
		Legislação de pagamento e de pessoal	ASSDG-RH	Atualizar os conhecimentos necessários para o trato da matéria	Os reflexos da Portaria MTP n. 1467/2022 nas aposentadoria e pensões	In Company	Online	março - junho	7.500	3
		Legislação de pagamento e de pessoal	SGP	Alteração nas regras de aposentadoria e pensão acarreta maior quantidade de aposentadorias e pensões calculadas pela média aritmética.	Legislação de pessoal (Lei 8.112/90, férias, omissão, licenças, etc) e Cálculo da média aritmética para aposentadoria, Docentes que conheçam remuneração do Judiciário Federal	Matrícula externa	Online	De março a outubro	7.500	Servidoras e servidores da CP e Seção de Legislação
		Reciclagem de Agentes de Segurança	EJESC	Falta da capacitação influencia no pagamento da GAS aos agentes de Segurança.	Reciclagem anual dos agentes	In Company	Presencial	Março-outubro	10.000	4



Objetivo Estratégico	Eixo	Subeixo	Solicitante	Problema da unidade que impacta os resultados	Capacitação sugerida	Tipo	Modalidade	Período sugerido	Estimativa Valor	Número de servidoras/es a serem capacitados
Aperfeiçoamento da Gestão orçamentária e Financeira	Gestão Pública	Licitações e Contratos	EJESC	Necessidade de atualização quanto a implementação da NLLC, cuja aplicação obrigatória ocorrerá a partir de 1º de abril, mas o TRE-SC utilizará a partir de 01.2023.	Atualização sobre a nova lei de licitações - Instituições: Zênite, Fórum, etc.	Matrícula externa	Híbrido		2.500	1
		Licitações e Contratos	SAO	Conhecer melhor a Nova Lei de Licitações, o entendimento da doutrina e do TCU	Conhecer melhor a Nova Lei de Licitações, o entendimento da doutrina e do TCU	Matrícula externa	Online	De março a novembro	12.500	5
		Licitações e Contratos	ASSLIC	Conhecer melhor a Nova Lei de Licitações, o entendimento da doutrina e do TCU	Licitações e Contratos na Nova Lei de Licitações / Dispensas e inexigibilidades na Nova Lei de Licitações/ Atividades da Assessoria Jurídica na Nova Lei de Licitações Instituições promotoras: Negócios Públicos, Fórum, Zenite, Inove, auditores do TCU, Ministros do TCU	In Company	Online	de março a junho	5.000	2
		Licitações e Contratos	ASSLIC, SAO	Formação das e dos Agentes de Contratação (pregoeiros) e da Comissão de Contratação	Títulos/assuntos sugeridos: Sistema Compras.gov.br; Condução de Licitações na NLLC Instituições promotoras: Grupo Negócios Públicos; Seges - Ministério da Economia; Inove;	Matrícula externa	Online	De março a maio e de setembro a novembro	7.500	3
		Orçamento, finanças e contabilidade públicos	SAO	Implantação das Novas Rotinas da EFD-Reinf	Treinamento nas novas rotinas do EFD-Reinf	In Company	Online	De março a novembro	12.500	5
		Orçamento, finanças e contabilidade públicos	SCIA	Legislação com atualização constante relativa às atividades de fiscalização orçamentária e financeira, considerando as auditorias realizadas nas respectivas áreas.	Tesouro gerencial. Curso on line: Escola virtual do governo, ENAP, MMP Cursos e www.gestaopublica.com.br com o Prof. Kleber Marques	Matrícula externa	Online	Julho a Novembro	2.500	1



Objetivo Estratégico	Eixo	Subeixo	Solicitante	Problema da unidade que impacta os resultados	Capacitação sugerida	Tipo	Modalidade	Período sugerido	Estimativa Valor	Número de servidoras/es a serem capacitados
Fortalecimento da Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e Proteção de Dados	Tecnologia da Informação	Banco de Dados e Ciência de Dados	EJESC STI	Unidades demandam muito a unidade de Administração de Dados no desenvolvimento de relatórios, estatísticas e análises baseadas nos bancos de dados corporativos	Curso de Power BI para stakeholders das unidades demandantes	Instrutoria interna ou EAD	Online	Março a Novembro	5.000	30
		Segurança da Informação	EJESC STI	Dificuldade de percepção por parte dos servidores e servidoras sobre a importância de cada um na segurança de todo o ambiente cibernético	Plataforma Knowbe4	Instrutoria interna ou EAD	Online	Janeiro a dezembro	0	Todos os servidores do TRE-SC
		Segurança da Informação	EJESC STI	Necessidade de capacitar a equipe para atuação frente aos problemas de segurança da informação	Cenário atual de riscos em cibersegurança. Gestão de Riscos de Segurança da Informação. Segurança no desenvolvimento de aplicações. Cibersegurança – avançado.	Instrutoria interna ou EAD	Online	Janeiro a dezembro	20.000	20
		Banco de Dados e Ciência de Dados	STI	Necessidade de atualização da equipe em segurança no banco de dados	Videohub - Oracle	Matrícula externa	Online	Janeiro	10.000	2

Valor estimado Perspectiva Educação e crescimento: R\$ 148.500,00



PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Objetivo Estratégico	Eixo	Subeixo	Solicitante	Problema da unidade que impacta os resultados	Capacitação sugerida	Tipo	Modalidade	Período sugerido	Estimativa Valor	Número de servidoras/es a serem capacitados
Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional	Prestação Jurisdicional	Direito Administrativo e Processual Administrativo	EJESC	Rotatividade de pessoas na Comissão de Processo Administrativo	Aspectos Avançados em PAD	Matrícula externa	Online	Março - outubro	20.000	15
		Direito Eleitoral e Processual Eleitoral	CRE	Necessidade de especializar a Assessoria à Corregedora ou ao Corregedor (AIJEs, processos judiciais, correções) nas questões processuais e eleitorais para elaboração das minutas de decisão	Atualização em Direito Eleitoral	Matrícula externa	Presencial	outubro-novembro	7.500	3
		Direito Eleitoral e Processual Eleitoral	SCIA	Falta de capacitação das servidoras e dos servidores que atuam no exame técnico das prestações de contas de campanha eleitoral e anual de partidos	Direito eleitoral e processual	Matrícula externa	Online	Fevereiro a Março	10.000	9
		Direito Eleitoral e Processual Eleitoral	CRE	As eleições de 2024 trarão imensos desafios quanto à propaganda eleitoral na internet. Assim, o conhecimento puro da legislação já não é suficiente para o exercício do trabalho, sendo necessário capacitação em direito digital.	Curso de Direito Digital Eleitoral e Tecnologia - Prof. Alexandre Basílio	Matrícula externa	Online	livre	70.000	150
		Direito Eleitoral e Processual Eleitoral	CRE	Assessoria à Corregedora ou ao Corregedor (AIJEs, processos judiciais, correções)	Atualização em Processo Civil	Matrícula externa	Online	agosto-setembro	7.500	3



Objetivo Estratégico	Eixo	Subeixo	Solicitante	Problema da unidade que impacta os resultados	Capacitação sugerida	Tipo	Modalidade	Período sugerido	Estimativa Valor	Número de servidoras/es a serem capacitados
Aperfeiçoamento da governança e gestão institucional	Planejamento e Gestão	Auditoria	SCIA	Existência de especificidades técnicas em razão da matéria auditada e o aprimoramento contínuo dos procedimentos de auditoria impõem a constante atualização dos servidores.	Auditoria de Folha de Pagamento com ênfase em cruzamento de dados (Escola Nacional de Governo - Instrutor Reginaldo Aparecido Fernandes).	Matrícula externa	Online	Janeiro a Março	7.500	3
		Auditoria	SCIA	Inexistência de expertise na área de gestão patrimonial (atividade prevista no Plano Anual de Auditoria 2023).	Auditoria em Gestão Patrimonial na Administração Pública.	Instrutoria interna ou EAD	Online	Março	5.000	2
		Gestão do Conhecimento e da Informação	SCIA	Inexistência de expertise na área de gestão documental (atividade prevista no Plano Anual de Auditoria 2023).	Gestão Documental, com ênfase em Documentos Sigilosos (EVG/ENAP)	Matrícula externa	Online	Agosto	5.000	2
		Privacidade e Proteção de Dados	SJ	As servidoras e os servidores carecem de apropriação mais aprofundada sobre privacidade e proteção de dados pessoais	Capacitação em Privacidade e Proteção de Dados	Matrícula externa	Online	Abril a Novembro	20.000	Todas as servidoras e servidores
		Privacidade e Proteção de Dados	SJ	Implementação da LGPD no TRESC, orientação às servidoras e aos servidores e atendimento das demandas do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais	Capacitação em Privacidade e Proteção de Dados avançado	Matrícula externa	Online	Abril, Maio e Junho	12.000	5
		Riscos	AEPE	Ausência de disseminação da cultura da gestão de riscos em toda a organização	EAD adaptado à metodologia, à Política e ao Plano de Gestão de Riscos aprovados por meio da Res. TRE-SC n. 8.028/2021 e Portaria P n. 45/2021.	Instrutoria interna ou EAD	Online	Ago-Set/2023	7.000	Todas as servidoras e servidores



Objetivo Estratégico	Eixo	Subeixo	Solicitante	Problema da unidade que impacta os resultados	Capacitação sugerida	Tipo	Modalidade	Período sugerido	Estimativa Valor	Número de servidoras/es a serem capacitados
Promoção da sustentabilidade	Planejamento e Gestão	Sustentabilidade Ambiental	EJESC	Necessidade de ações concretas da Justiça Eleitoral Catarinense em atenção à Agenda 2030 da ONU	Palestra a Justiça Eleitoral na Agenda 2030 Curso EAD do TRE-MG	Instrutoria interna ou EAD	Online	Abril a Outubro	10.000	Todas as servidoras e servidores
		Sustentabilidade Ambiental	EJESC, ASSLIC, SAO	Implementar ações de sustentabilidade nas contratações do TRESC	Sustentabilidade nas contratações públicas	Matrícula externa	Online	Março a junho	5.000	2

Valor estimado Perspectiva Processos Internos: R\$ 186.500,00

Valor total estimado: R\$ 392.000,00

Reserva: R\$ 72.000,00